

COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Ata da Reunião Ordinária-Virtual da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE)

Data e Horário: 1º de dezembro de 2020, das 14h30 às 18h30.

Local: Reunião Virtual – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH.

1 Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte, reuniu-se, por videoconferência, a
2 Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), para a sua reunião
3 ordinária, com a presença dos seguintes participantes: Andreia Minduca, CGCTE; Antonio Carlos
4 Rosa, ITD; Bernardo; Camila Assis, CGCTE; Candido Alexandrino Barreto Neto, CGCTE; Carlos
5 Cardoso, SEJUDH/PA; Carlos Eduardo, CONTAG; Carlos Henrique B. Haddad, AJUFE; Catarina
6 Von Zuben, CONATETRAP/CNMP; Catia Silva, CGCTE; Denis Roberto, INPACTO; Ebenézer
7 Oliveira, Consultor da OIT; Edilene de Faria, CGCTE; Edmundo Lima, ABVTEX; Elianildo
8 Nascimento, CODTRAE/ADF; Fátima, COETRAE/AL; Felipe Azevedo Rosa, SAJDH/PA;
9 Fernanda Carvalho, OIT; Francisco Xavier, MC; Herbert Barros, DEPDDH/MMFDH; Izabela
10 Vieira Luz, DPU; Jeanete Gomes, SEJUDH; Karina; Larissa Meneghetti; Laura Gomes Magalhães;
11 Lidiane de Araújo Barros, SRTE/BA; Liv Mendes; Lorena Romão, COETRAE/PA; Lucilene,
12 COETRAE/MT; Ludmila Paiva, COETRAE/RJ; Luis Camargo, ABRAT; Luis Fabiano de Assis,
13 MPT/SMARTLAB; Luiz Antonio Camargo, ABRAT; Luiz Fabiano, CNAS; Lydiane Machado,
14 ANPT; Marcelo, DETRAE-ME; Marcus Barberino, ANAMATRA; Maria Cláudia, OIT; Maria José
15 Ramos, NETP/AM; Maria Melo, CGCTE; Marília Ramos, Repórter Brasil; Marina Oliboni,
16 COETRAE/CE; Mário Luiz Guerreiro, AGU; Maurício Fagundes, SRTE/RR-ME; Mirabel Alves,
17 COETRAE/AL; Natália Suzuki, Repórter Brasil; Odilene Andrade, SEJUDH/PA; Pedro Maciel,
18 COETRAE/MA; Reinaldo Damascena, CNI; Ricardo Rezende, CPTEC; Sabrina,
19 COETRAE/SECIJU/TO; Vanessa Lima, COETRAE/PB; Vera Jatobá, SINAIT; Veronica Coluci
20 Camargo, COETRAE/SP; Weslei Almeida, ANAMATRA; Xavier Plassat, CPT.

22 Dando início aos trabalhos, o Sr. Herbert Barros, Coordenador da CONATRAE, cumprimentou a
23 todos e justificou que terá que se ausentar dessa reunião por um pequeno período por ter sido
24 convocado para se reunir com a Ministra de Estado Damares Alves e o Secretário Alexandre,
25 sugerindo que o Sr. Maurício Fagundes lhe substitua nesse momento, uma vez que o coordenador-
26 adjunto não está presente e ainda não houve uma definição desse tipo de situação no regimento
27 interno. Não havendo discordância, o Sr. Maurício Fagundes cumprimentou os presentes e
28 apresentou a pauta proposta: 1. Abertura (Presidência da CONATRAE); 2. Aprovação da Ata de
29 09/11/2020 (CGCTE); 3. Apresentação da validação do II Plano Nacional para Erradicação do
30 Trabalho Escravo (Consultor - OIT); 4. Apresentação do “Mapeamento das Sentenças Penais e
31 Civis relativas ao trabalho análogo à escravidão na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho (Carlos
32 Haddad - UFMG); 5. Análise do funcionamento do Fluxo Nacional de Atendimento ao Trabalhador
33 Resgatado (CGCTE); 6. Atividades da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo
34 (CGCTE); 7. Informes: lançamento do Documentário “Liberdade Roubada”, concurso para a
35 carreira de Auditor Fiscal do Trabalho e lançamento do Sistema IPÊ; 8. Encerramento. Seguindo,
36 colocou a Ata de 09/11/2020 (CGCTE) em apreciação. O Sr. Xavier Plassat externou a sua
37 preocupação com a existência de participantes não identificados na ata, afirmando que não pode
38 fazer a sua aprovação com essa questão. Observou que não foi feita a solicitação de reuniões em
39 horários mais improváveis da noite e dos finais de semanais como está na ata, explicando que
40 relatou sobre o fato dos servidores públicos do Ministério da Economia, do Departamento de
41 Erradicação do Trabalho Escravo e do Ministério Público do Trabalho terem demonstrado, de forma
42 repetida, uma disponibilidade, inclusive, fora dos horários de trabalho. A Sra. Vera Jatobá registrou
43 que não consta na ata a sua reiteração sobre a possibilidade da Comissão, em fase de não resposta
44 do Ministério da Economia, solicitar uma audiência no referido ministério com a Secretaria de
45 Fiscalização para tratar sobre a realização de concurso público, solicitando essa inclusão. O Sr.
46 Maurício Fagundes informou que esse encaminhamento já está alinhado e será objeto de informe da
47 reunião. O Sr. Candido Alexandrino Barreto Neto afirmou que serão providenciados todos os
48 ajustes necessários, sugerindo convocar uma reunião extraordinária para aprovar a ata com as
49 correções ou aprová-la na primeira reunião de 2021. Com relação aos participantes não
50 identificados, solicitou que os membros que utilizarem a palavra se identifiquem para que não
51 ocorra mais essa situação. O Sr. Ricardo Rezende arrazoou que há uma menção na ata de que
52 seriam publicados livros, porém, salientou que o informe principal foi a realização da 13ª Reunião

53 Científica. Feitas todas as observações em relação à ata, a Sra. Andreia Minduca explanou que todas
54 as considerações serão contempladas para a sua aprovação na próxima reunião e o Sr. Candido
55 Alexandrino Barreto Neto solicitou que as considerações sejam encaminhadas com cinco dias úteis
56 a fim de que sejam enviadas novamente aos membros para análise. Finalizadas as discussões, foi
57 consensuado o seguinte encaminhamento: A ata será encaminhada para aprovação na próxima
58 reunião ordinária da CONATRAE, após ajustes e correções, conforme considerações e informações
59 enviadas pelos membros. Prosseguindo para a apresentação da validação do II Plano Nacional para
60 Erradicação do Trabalho Escravo (Consultor - OIT), o Sr. Ebenézer Oliveira cumprimentou a todos
61 e explicou que será apresentado o resultado final com as alterações realizadas, para encerramento
62 dessa etapa. A Sra. Maria Cláudia entendeu que será realizada a apresentação do monitoramento e
63 não da validação do II Plano Nacional e lembrou que esse monitoramento foi realizado por meio da
64 Plataforma Monitora 8.7 desenvolvida pelo MPT e pela OIT, em que todas as instituições
65 responsáveis preencheram o status das suas atividades e indicadores. O Sr. Ebenézer Oliveira
66 apresentou um breve resumo da metodologia utilizada no monitoramento do II Plano Nacional para
67 Erradicação do Trabalho Escravo, destacando a realização das oficinas de validação da
68 CONATRAE e a revisão da avaliação dos indicadores, sendo que dez indicadores não foram
69 validados e um foi reaberto. Relatou sobre a proporção de participação das organizações e dos
70 achados do monitoramento, salientando que houve uma participação relativamente alta das
71 organizações convidadas e que dos 33 indicadores avaliados, nove (27,3%) foram considerados
72 cumpridos, 19 (57,6%) parcialmente cumpridos e cinco (15,2%) não cumpridos. Discorreu que o
73 próximo passo é a entrega do relatório final e afirmou que todas as alterações já foram incluídas na
74 plataforma, finalizando a sua apresentação. A Sra. Natália Suzuki compreendeu que, talvez, seria
75 importante ter um *feedback* do processo de validação dos indicadores em cada oficina e o Sr.
76 Ebenézer Oliveira esclareceu que realizaram a consolidação a partir das validações ou não dos
77 grupos das oficinas, visto que a mudança do status foi relacionada com as suas avaliações. A Sra.
78 Natália Suzuki sugeriu que fosse analisado o processo da validação para entendimento, pois ainda
79 não se sente confortável em fazer a aprovação dos resultados da validação sem fazer esse balanço.
80 O Sr. Candido Alexandrino Barreto Neto informou que existe a intenção de incluir, na proposta de
81 regimento interno, um prazo para conhecimento de propostas e posteriormente deliberação e
82 votação. O Sr. Xavier Plassat esclareceu que a pauta traz apenas a apresentação e não a aprovação
83 do monitoramento e o Sr. Maurício Fagundes sugeriu que a coordenação da CONATRAE

84 compartilhe a apresentação para todos os interessados, para que possam analisar com mais calma e
85 posteriormente decidir qual será o encaminhamento. A Sra. Vera Jatobá afirmou que também possui
86 dificuldades de compreensão da metodologia utilizada devido à existência de elementos qualitativos
87 ponderados. O Sr. Antonio Carlos Rosa entendeu que é necessário ter muito cuidado no momento
88 de fazer a validação para que essa aprovação não seja resumida apenas em uma votação dos
89 membros da CONATRAE, uma vez que houve a participação de várias instituições. O Sr. Marcus
90 Barberino ponderou que as anotações das explicações e das motivações podem balizar o
91 comportamento para avaliar o monitoramento do plano, como também, balizar qualquer ação
92 futura. O Sr. Carlos Eduardo deixou claro que várias entidades participaram do processo e elas
93 devem avaliar esse material e solicitou que os itens existentes na proposta de regimento interno não
94 sejam evocados, uma vez que ainda não foi aprovado pelos membros da CONATRAE. O Sr.
95 Candido Alexandrino Barreto Neto esclareceu que apenas citou o esboço do regimento interno e o
96 Sr. Ebenézer Oliveira informou que todas as contribuições sistematizadas nos grupos foram
97 registradas e estão disponíveis e explicou que o monitoramento foi iniciado em 2018, entendendo
98 devem observar como foi realizado o processo. Ponderou que tentaram utilizar o critério mais
99 objetivo possível para o monitoramento considerando as 267 ações monitoradas, as 55 instituições
100 que responderam esse monitoramento e as oficinas realizadas. O Sr. Candido Alexandrino Barreto
101 Neto sugeriu que as considerações sejam enviadas para compilação a fim de que seja realizado um
102 debate mais objetivo na próxima reunião ordinária e a Sra. Andreia Minduca entendeu que é
103 legítimo que todos tenham acesso ao material e propôs considerar todas as ponderações na análise
104 na medida em que foi considerada a maioria dos votos. O Sr. Xavier Plassat reforçou a necessidade
105 de incluir as várias observações anotadas ao partilhar o documento da consolidação do
106 monitoramento dos grupos das oficinas. Finalizadas as discussões sobre o item, foi definido o
107 seguinte encaminhamento: A apresentação do consultor da OIT será encaminhada aos membros da
108 CONATRAE, bem como o relatório realizado nas oficinas por cada grupo, para análise dos
109 membros. Passando à apresentação do Mapeamento das Sentenças Penais e Cíveis relativas ao
110 trabalho análogo à escravidão na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho, o Sr. Carlos Haddad
111 cumprimentou a todos e informou que apresentará o resultado da pesquisa realizada pela Clínica
112 Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas e pelo Centro Estudos de Criminalidade e Segurança
113 Pública, ambas da UFMG, sobre a situação do trabalho escravo relacionado aos processos judiciais
114 de 2008 a 2019. Postulou que essa pesquisa foi contratada pelo PNUD e pelo MMFDH, explicando

115 que foram analisados 1.464 processos criminais e 432 ações civis públicas. Apresentou um mapa
116 com as ocorrências de trabalho escravo e destacou, como descobertas interessantes, os dados sobre:
117 a distribuição dos casos segundo inclusão na lista suja por estado, o levantamento da existência de
118 912 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e de 432 Ações Civis Públicas, as indenizações
119 concedidas pelos danos, as condenações, as absolvições, as penas e as reincidência. Informou que o
120 processo de investigação dura cerca de 1050 dias quando há inquérito, mas quando se trata de um
121 procedimento de investigação do MPF o prazo médio é de 502 dias. Expôs sobre o tempo médio das
122 ações trabalhistas, explicando que uma ação civil pública iniciada em primeiro grau que passou por
123 todas as instâncias e transitou em julgado no TST dura em média 1453,70 dias. Com relação ao
124 processo criminal, discorreu que existe uma situação mais demorada, sendo que da fiscalização até
125 o transito em julgado são em média 2.520 dias. Apresentou a comparação entre a celeridade
126 processual e a incidência de prescrição, os motivos mais comuns de demora dos processos e das
127 ações civis públicas e os argumentos mais utilizados para justificar a absolvição e postulou que
128 foram sugeridas as seguintes proposições: capacitações de magistrados federais e procuradores da
129 república em trabalho escravo, capacitação de magistrado em gestão judicial, produção de provas
130 antecipadas, aprimoramento do controle de TACs e maior divulgação da lista suja, finalizando a sua
131 apresentação. O Sr. Maurício Fagundes parabenizou pela apresentação e pela realização do
132 Congresso Internacional sobre Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas realizado pela Clínica
133 Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da UFMG e afirmou que a pesquisa trouxe questões muito
134 interessantes sobre o andamento dos processos. Abrindo para manifestações, o Sr. Marcus
135 Barberino parabenizou pelo trabalho e informou que a ANAMATRA possui muito interesse em
136 propor um grande seminário envolvendo a avaliação dessa pesquisa para que o Sistema de Justiça
137 compreenda a importância da sua atuação. Alegou que a lista suja e os auditores fiscais do trabalho
138 devem ser protegidos, homenageados e vascularizados. O Sr. Xavier Plassat admirou o resultado
139 encontrado na pesquisa e questionou qual o motivo de terem iniciado a pesquisa em 2008. O Sr.
140 Carlos Haddad afirmou que estarão à disposição para divulgar essa pesquisa e buscar meios para
141 tornar essa questão mais central e esclareceu que foi o edital que estabeleceu que a pesquisa deveria
142 iniciar em 2008. O Sr. Candido Alexandrino Barreto Neto parabenizou pelo trabalho e afirmou que
143 a Secretaria Executiva da CONATRAE não medirá esforços para publicizar e levar ao maior
144 número de atores jurídicos essa pesquisa. O Sr. Carlos Haddad compreendeu que é necessário ter
145 uma maior sensibilização entre os tribunais e os juízes, principalmente, em relação ao conceito de

146 trabalho escravo. O Sr. Mário Luiz Guerreiro informou que a AGU faz a defesa dos atos praticados
147 pela fiscalização do trabalho e observou que não são raras as ações anulatórias que tratam dos autos
148 de infração que ensejaram a fiscalização do trabalho, ponderando que havia mais de 400 ações no
149 último levantamento. Sugeriu que fosse incluída a análise dessas ações anulatórias. O Sr. Carlos
150 Haddad entendeu que a sugestão é interessante e relatou que, talvez, poderiam fazer oficinas e
151 treinamentos com juízes e promotores federais e do trabalho. Externadas todas as opiniões e
152 manifestações, foi definido o seguinte encaminhamento: A CGCTE enviará o material do Prof.
153 Carlos Haddad por *e-mail* aos participantes. Seguindo, o Sr. Marcus Barberino justificou que terá
154 que se ausentar da reunião e antecipou as atividades realizadas pela ANAMATRA relacionadas às
155 atividades da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, discorrendo que conseguiu
156 confirmar com o Prof. Ricardo Antunes a sua participação na mesa do dia 27 de janeiro de 2021 e
157 do economista e historiador da UNICAMP, Prof. Denis Maracci Gimenez. Explanou que a próxima
158 reunião tratará sobre a realização de um cinedebate patrocinado pela ANAMATRA no dia 28 ou 29
159 de janeiro de 2021 com o filme Pureza. O Sr. Maurício Fagundes entendeu que poderiam fazer uma
160 inversão de pauta caso não haja nenhum posicionamento contrário. Havendo consenso, o Sr.
161 Candido Alexandrino Barreto Neto lembrou que solicitaram o envio das sugestões de eventos por *e-*
162 *mail* para que não houvesse o choque de horários na última reunião ordinária, esclarecendo que
163 ainda estão aguardando as informações sobre os eventos. O Sr. Maurício Fagundes notificou que o
164 Ministério da Economia realizaria um *live* da Série Proteja o Trabalho em dezembro/2020, porém
165 tiveram que adiar para janeiro/2021 ainda com data a definir em razão de algumas agendas. A Sra.
166 Vera Jatobá comunicou que a SINAIT enviou uma pauta de trabalho e estão aguardando a sua
167 avaliação, destacando que serão realizadas *lives* das conferências regionais entre os dias 25 e 27 de
168 janeiro de 2021, sendo que o dia 28 de janeiro já é marcado para o tributo aos colegas que morreram
169 na chacina de Unai/MG e para a discussão sobre trabalho escravo, desmatamento e aquecimento
170 global e sobre a imigração, trabalho escravo urbano e racismo. Já para o dia 29 de janeiro de 2021,
171 explanou que estão prevendo o lançamento do livro sobre trabalho escravo e auditoria fiscal do
172 trabalho. O Sr. Pedro Maciel solicitou compreensão aos membros da CONATRAE, visto que as
173 comissões estaduais ainda construirão os seus eventos e o Sr. Maurício Fagundes registrou que a
174 Sra. Izabela Vieira Luz informou que a DPU está formulando uma cartilha para divulgação para a
175 semana nacional. Encaminhamento: A CGTE encaminhou solicitação de envio das atividades para
176 não haver choque de horários e aguarda resposta dos membros. Prosseguindo para a análise do

177 funcionamento do fluxo nacional de atendimento ao trabalhador resgatado (CGCTE), o Sr. Candido
178 Alexandrino Barreto Neto apresentou as informações solicitadas sobre a implementação do Fluxo
179 Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo aos estados, através dos seguintes
180 questionamentos: 1. Já implementou o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho
181 Escravo no estado? Respostas: 10% implementou, 60% não implementou, 10% não respondeu e
182 20% parcialmente implementado; 2. Já foi utilizado? Resposta: três estados já utilizaram, seis não
183 utilizaram e um não respondeu. Observações: a) RJ: sim, o fluxo vem constantemente observado e
184 muitas das suas orientações já vinham sendo praticadas, uma vez que o referenciamento e a
185 proximidade com a assistência já fazia parte da rotina dos encaminhamentos para atendimento; b)
186 MA: conforme explicitado na resposta 1, o fluxograma está sendo utilizado exclusivamente para
187 nortear a atualização e adequação do fluxograma estadual; 3. Há dificuldades na implementação? Se
188 sim, indicar. Respostas: 20% tem dificuldade, 70% não foi implementado e 10% não respondeu.
189 Observações: a) RJ: no fluxo estadual realizamos alguns ajustes, como por exemplo, incluir a
190 equipe de atendimento da Cáritas Arquidiocesana que acompanha os casos juntos com a parceria
191 estabelecida MPT e sede do Projeto Ação Integrada, bem como os encaminhamentos para
192 reinserção social e produtiva viabilizadas pelo projeto. Inclui situações de tráfico de pessoas para
193 outras modalidades exploratórias e abrangência e enfoque de direitos das pessoas encontradas em
194 situação de trabalho precário; b) SC: sim, mudanças de gestão interromperam a fase de
195 implementação do comitê no estado, porém, um pré-comitê formado pela Secretaria de Estado de
196 Desenvolvimento Social, MPT, PF, DPF, DPU, PRF tem se reunido mensalmente para discutir o
197 tema; 4. Há dificuldade na Execução? Se sim, relatar. Resposta: 80% não implementaram, 10% não
198 teve dificuldade e 10% não respondeu. Relatou sobre a necessidade de elaborar um fluxo interno
199 para acompanhar as COETRAEs, destacando o diálogo com o Dr. Luis Fabiano de Assis referente à
200 incorporação de perguntas norteadoras ao *Smartlab* para que essas comissões possam ter o seu o
201 próprio acompanhamento e visualizar as informações. A Sra. Marília Ramos entendeu que faltou a
202 informação de quantas COETRAEs receberam e responderam a pesquisa na apresentação e
203 questionou quantas comissões indicaram a questão da pandemia da Covid-19 como elemento para
204 implementação ou não do fluxo. O Sr. Candido Alexandrino Barreto Neto solicitou que as
205 considerações fossem enviadas por escrito para a CGCTE e o Sr. Antonio Carlos Rosa reiterou as
206 questões colocadas na explanação anterior e observou a necessidade de inserir os valores absolutos
207 ao lado dos percentuais. O Sr. Candido Alexandrino Barreto Neto sugeriu encaminhar a

208 apresentação da pesquisa a fim de que seja aberto um prazo para envio dos ajustes e busquem as
209 respostas nos meses de dezembro/2020 e janeiro/2021 para apresentação. A Sra. Natália Suzuki
210 entendeu que seria interessante ter o mapeamento sobre como e onde a assistência social está
211 presente nas comissões estaduais e que seria necessário ter um prazo maior para repetir essa
212 pesquisa para que os estados tenham tempo de implementar o Fluxo Nacional de Atendimento às
213 Vítimas de Trabalho Escravo. O Sr. Xavier Plassat entendeu que o fluxo é um processo de
214 mobilização em relação ao atendimento às vítimas que necessita de um prazo para implementação e
215 a Sra. Camila Assis explicou que o fluxo foi apresentado a 10 estados e apenas o estado da Bahia
216 não respondeu e que apenas o estado do Ceará relatou alguma dificuldade relacionada à pandemia
217 da Covid-19. Afirmou que a CGCTE tem acompanhado todos os estados que tiveram a
218 apresentação. A Sra. Andreia Minduca compreendeu que podem incluir a questão da participação
219 da assistência social na pesquisa, mas também a participação de outros órgãos e concordou que a
220 pesquisa deve ser realizada semestralmente para monitoramento. Ponderou que a pesquisa trouxe
221 apenas um indicativo de que o fluxo nacional está funcionando no estado e que apenas observarão a
222 sua efetividade com o tempo. Relatou que o primeiro passo foi a apresentação nas COETRAEs que
223 estão efetivamente funcionando, o segundo passo será nas COETRAEs que não funcionam
224 efetivamente e o terceiro passo será a apresentação nos locais que não possuem COETRAEs. A Sra.
225 Vanessa Lima relatou que esse período de pandemia está sendo bastante desafiador e sugeriu,
226 talvez, realizar uma reunião com as COETRAEs para compartilhar as suas experiências no combate
227 ao trabalho escravo. A Sra. Andreia Minduca informou que o encontro das COETRAEs de 2020 foi
228 adiado e estão tentando realizá-lo presencialmente em 2021. Passando aos informes, o Sr. Candido
229 Alexandrino Barreto Neto discorreu sobre os trâmites internos realizados com a assessoria de
230 comunicação para o lançamento do Documentário “Liberdade Roubada”. O Sr. Maurício Fagundes
231 informou que está sendo alinhando a criação de uma comissão composta pelos membros da
232 CONATRAE para dialogar com o Ministério da Economia sobre a realização do concurso para a
233 carreira de Auditor Fiscal do Trabalho. O Sr. Candido Alexandrino Barreto Neto complementou
234 relatando que conseguiu uma audiência com o Ministério da Economia que indicou a necessidade
235 de apresentação de argumentos positivos para realização do concurso. A Sra. Andreia Minduca
236 informou sobre a realização do Evento Jornada IPÊ que tratará sobre o Fluxo Nacional de
237 Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo e sobre o Sistema IPÊ, reforçando a importância
238 desse evento. O Sr. Maurício Fagundes disponibilizou o *link* de inscrição do Evento Jornada IPÊ no

239 *chat* e solicitou que os membros que possuem interesse em compor a comissão que participará de
240 audiência com o Ministério da Economia manifestem-se. Explanou que o Subsecretário de Inspeção
241 do Trabalho solicitou que essa audiência pública fosse compatibilizada com a sua agenda tendo em
242 vista que a sua participação é pertinente. Havendo as manifestações dos representantes da
243 CONTAG, do Ministério da Economia, do SINAIT e do CPT, o Sr. Maurício Fagundes ponderou
244 que as demais instituições poderão solicitar a sua participação posteriormente com a definição da
245 data da reunião. Encaminhamento: Convidar o Sr. Rômulo Machado (SIT), Sra. Vera Jatobá
246 (SINAIT), Sr. Frei Xavier (CPT), Carlos Eduardo (CONTAG) e representante do MPT para
247 audiência pública marcada com a Comissão do Ministério da Economia. Antes do encerramento, o
248 Sr. Carlos Eduardo informou que os prefeitos eleitos dos municípios de São Paulo/SP, Rio de
249 Janeiro/RJ, Belém/PA, Recife/PE, Cuiabá/MT e Guarulhos/SP já assinaram a Carta Compromisso
250 com o Trabalho Escravo e que os prefeitos eleitos dos municípios de Fortaleza/CE, Rio Branco/AC,
251 Porto Velho/RO, Teresina/PI, São Luís/MA e Campos de Goytacazes/RJ foram convidados, mas
252 não assinaram. Sem mais nada a tratar, o Sr. Maurício Fagundes agradeceu a participação de todos,
253 encerrando Reunião Ordinária da CONATRAE.

254

255